



CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
Décima Quarta Sessão Ordinária
31 de Janeiro – 2 de Fevereiro de 2010
Adis Abeba, Etiópia

Assembly/AU/5 (XIV) Rev. 4

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO
SOBRE O ANO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO
SOBRE O ANO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA**

I. INTRODUÇÃO

1. No parágrafo 23 da Declaração de Tripoli sobre a Eliminação de Conflitos em África e Promoção de Paz Sustentável [SP/Assembly/PS/Decl.(I)], adoptada pela Sessão Especial da Conferência da União sobre a Análise e Resolução de Conflitos em África, realizada em 31 de Agosto de 2009, os Chefes de Estado e de Governo decidiram proclamar 2010 como o Ano da Paz e Segurança em África. Neste sentido, a Conferência solicitou-me que preparasse um programa detalhado que identificará medidas concretas que poderão ser tomadas para promover a paz, segurança e estabilidade no continente e submeter o dito programa à sua próxima sessão ordinária.

2. O presente relatório é apresentado como seguimento do parágrafo supracitado da Declaração de Tripoli. Primeiro evoca o contexto no qual a Declaração foi adoptada, depois traça os elementos principais do Ano de Paz e Segurança em África e conclui com observações sobre a via a seguir.

II. CONTEXTO

3. Conforme indicado no meu relatório à Sessão Especial de Tripoli [SP/ASSEMBLY/PS/RPT(I)], dos muitos desafios que o nosso continente enfrenta, a busca da paz e segurança é, sem dúvida, o mais premente. Durante as duas últimas décadas, a África testemunhou várias crises graves e conflitos violentos de longo prazo parcialmente inter-relacionados. As causas desta situação preocupante são muitas. Elas incluem extremismos étnicos e religiosos, corrupção, definições exclusivistas de cidadania, pobreza e doenças, exploração ilegal dos recursos renováveis e não renováveis de África e o fenómeno do mercenarismo. Esta situação é agravada pela proliferação, circulação e tráfico ilícito de armas de pequeno porte e de armas ligeiras e pelo flagelo do narcotráfico, que constitui uma ameaça crescente à paz e segurança em África [Declaração de Compromisso com a Paz e Segurança em África, emitida pelos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros do Conselho de Paz e Segurança da União Africana - PSC/AHG/ST.(X), 25 de Maio 2004].

4. O continente continua ainda a enfrentar as ameaças colocadas pelo terrorismo e o crime transnacional organizado. Além disso, a África testemunhou recentemente o ressurgimento de mudanças inconstitucionais de governo, o que representa um sério revés para o processo de democratização. Importa mencionar as tendências emergentes de violência e conflitos relacionados com as eleições e a persistência de disputas e conflitos fronteiriços. São também preocupantes as implicações das alterações climáticas e as suas consequências para a nossa busca de paz e os esforços que estão a ser envidados neste sentido.

5. Desde o seu lançamento em Durban, em Julho de 2002, a UA deu passos largos para tratar, de uma forma abrangente e holística, os desafios da prevenção, gestão e resolução de conflitos em África. O empossamento do Conselho de Paz e Segurança (CPS), em Adis Abeba, em Maio de 2004, e o desenvolvimento dos quadros

institucionais e normativos necessários, incluindo a Estrutura Africana de Paz e Segurança (APSA), para tratar de conflitos no continente são provas da firme determinação da UA no tratamento de questões de paz e segurança em África.

6. Além disso, para abordar as causas profundas dos conflitos de uma forma holística e sistemática, a UA adoptou vários instrumentos sobre direitos humanos, governação, estado de direito, democracia, eleições, desarmamento, controlo de armas e não proliferação, terrorismo e boa vizinhança. Estes representam um quadro consolidado de normas e princípios, cuja observância reduz consideravelmente o risco de conflitos e violência no continente e apoiam a consolidação da paz.

7. Sem dúvida que, nos últimos anos, o número de conflitos violentos reduziu significativamente e foram feitos avanços importantes, embora ainda frágeis, graças à determinação colectiva e aos esforços de África, com o apoio dos seus parceiros. Ao mesmo tempo, demasiados países Africanos se encontram ainda presos num ciclo vicioso de conflitos com as consequências fatais dele decorrentes. Os conflitos armados em África matam milhares de pessoas todos os anos, criam desastres humanitários, destroem meios de subsistência e bens que as pessoas comuns acumularam trabalhando arduamente durante a sua vida e tornam o desenvolvimento económico sustentável impossível. Existe ainda uma perda mais profunda: a destruição da esperança num futuro melhor.

8. É neste cenário que foi tomada a decisão de proclamar 2010 como o Ano de Paz e Segurança. Neste sentido, vale a pena recordar o parágrafo 9 da Declaração de Trípoli, que refere o seguinte: *“Nós estamos determinados a resolver de uma vez por todas o flagelo de conflitos e violência no nosso continente, reconhecendo as deficiências e erros, engajando os nossos recursos e nossos melhores filhos e não perdendo a oportunidade de avançar com a agenda de prevenção de conflitos, o restabelecimento da paz, a manutenção da paz e a reconstrução pós-conflito. Nós, como líderes, simplesmente não podemos legar à próxima geração africana o fardo dos conflitos”*. Embora o desafio do alcance da paz, segurança e estabilidade em todo o continente africano seja claramente um empreendimento de muitos anos, o Ano de Paz e Segurança oferece uma oportunidade única de dar um maior ímpeto aos esforços que visam acabar com os conflitos e restaurar a paz.

III. ELEMENTOS CRUCIAIS DO ANO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

9. O Ano de Paz e Segurança será uma oportunidade para o povo e os líderes africanos, bem como as instituições africanas, em parceria com a comunidade internacional, avaliarem os actuais esforços de paz no continente, com vista a reforçá-los, onde necessário, lançando novas iniciativas para a promoção da paz e segurança. Dada a multiplicidade das necessidades nesta área, o Ano de Paz e Segurança tornará possível priorizar as actividades que terão um efeito múltiplo em termos de inovação em abordagens, impacto e sustentabilidade. Ao mesmo tempo que celebra as realizações da década passada, o programa do Ano de Paz e Segurança procurará também aproveitá-las para abordar desafios presentes. O sucesso da iniciativa dependerá do grau de abertura de espaços para que todos os intervenientes desempenhem papéis complementares na promoção da paz e segurança.

A) Objectivos e princípios

10. O objectivo do Ano de Paz e Segurança é criar dinâmica para que, até ao fim de 2010, se materializem resultados concretos, particularmente com a criação de um ambiente político e social mais favorável. Espera-se que, a partir de 2010, os esforços de paz aumentem e que isso produza resultados mais eficazes no terreno e faça da paz em todo o continente uma realidade num futuro próximo.

11. O Ano de Paz e Segurança em África deverá centrar-se em cinco objectivos principais:

- (i) Dar mais ímpeto aos esforços de paz e segurança no continente;
- (ii) Dar uma maior visibilidade aos esforços presentes e passados da UA no terreno para promover a paz e a segurança;
- (iii) Acelerar a implementação dos compromissos assumidos pelos Estados Membros em relação a vários instrumentos da UA relativos à paz e segurança;
- (iv) Ligar os esforços oficiais de promoção de paz e segurança aos esforços que estão a ser empreendidos no terreno pelas comunidades; e
- (v) Mobilizar recursos para apoiar os esforços de paz e segurança no continente.

12. Todas as actividades que serão desenvolvidas no quadro do Ano de Paz e Segurança serão guiadas pelos seguintes princípios:

- (i) Trabalhar através de parcerias;
- (ii) Promover a inclusão (envolver as Comunidades Económicas Regionais – CERs, sociedade civil, o sector privado e a comunidade internacional);
- (iii) Promover a liderança africana em termos de paz e segurança no continente;
- (iv) Inspirar o povo africano a promover a paz e segurança;
- (v) Unir os povos em actividades pacíficas; e
- (vi) Realçar casos de sucesso e esforços em curso, bem como abordar os desafios presentes.

13. A mensagem principal para todas as actividades que serão levadas a cabo e o programa de sensibilização é simplesmente, **“Acção para a Paz”**. Esta mensagem realça a necessidade de mobilizar todos os intervenientes para que eles se apropriem desta iniciativa e se dediquem a acções que tornarão possível o alcance da paz.

B) Resumo das Actividades a Realizar

14. O Ano de Paz e Segurança servirá de campanha coordenada para as actividades de paz e segurança em África. O programa de actividades irá culminar no Dia da Paz das Nações Unidas, em 21 de Setembro de 2010. Este dia pertencerá aos Africanos e será denominado **“Dia de Acção para a Paz”**. Serão envidados esforços para garantir que no dia 21 de Setembro, não haja violência, conflito ou combates. O objectivo será mostrar que a paz é possível em África e **pôr a paz em prática** através de um **momento colectivo e cooperativo de unidade**.

15. Concretamente, as actividades que irão assinalar o Ano da Paz irão consistir em elementos existentes de actividades da UA marcadas para 2010, juntamente com actividades adicionais.

a) Programa de actividades da UA existente

16. As diferentes instituições de UA têm os seus programas de actividades e orçamento definidos para 2010. A Comissão está presentemente a compilar, por ordem cronológica, todas as actividades/eventos específicos planeados dos Departamentos da CUA, Escritórios Regionais, Instituições Especializadas, Missões no Terreno em zonas de conflito e outras instituições da UA (Parlamento Pan-africano - PAP, Conselho Económico, Social e Cultural – ECOSOCC, Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos – ACHPR, NEPAD, etc.). Todos estes órgãos serão considerados elementos essenciais do programa para assinalar o Ano de Paz e Segurança.

17. Por exemplo, um evento de vulto e indicador do progresso durante o ano de 2010, será a operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA). Isto marcará um importante passo no processo geral visando tornar o APSA totalmente operacional. O Exercício ‘AMANI Africa’ de 2010 será um evento chave para assinalar o Ano de Paz e Segurança. Outros eventos importantes são o início do processo de implementação do Tratado Africano de Zona Livre de Armas Nucleares (Tratado de Pelindaba), que entrou em vigor em 15 de Julho de 2009, com a realização de uma Conferência dos Estados Partes, conforme estipula o Artigo 12º do Tratado, e o Pacto de Não-Agressão e Defesa Comum da UA, que entrou em vigor em 18 de Dezembro de 2009, bem como a reunião dos Ministros Africanos responsáveis por Questões Fronteiriças, a realizar-se no Cairo, Egipto, no final de Março de 2010.

18. O Ano de Paz e Segurança será ainda marcado por esforços renovados de melhoria da capacidade de mediação da UA e das suas estruturas relevantes. Entre outros, este esforço envolverá formação regular sobre mediação, o estabelecimento de uma lista de potenciais enviados e especialistas em mediação, o estabelecimento de sistemas eficazes de comunicação, partilha de informação e tomada de decisão entre organizações parceiras no terreno e entre as suas respectivas sedes e operações no terreno e realização de workshops regulares sobre ensinamentos aprendidos em experiências de mediação empreendidas pela UA, Nações Unidas e vários outros intervenientes em África.

19. O acompanhamento e a implementação de decisões relevantes da UA sobre situações de conflito, particularmente o Plano de Acção adoptado em Trípoli [SP/ASSEMBLY/PS/PLAN(I)], será também destaque nas actividades do Ano de Paz e Segurança. O Plano de Acção traça os passos concretos que precisam de ser dados para facilitar a resolução de conflitos e crises existentes e a consolidação da paz onde ela for alcançada. Deve-se ter ainda uma atenção particular à questão das mudanças institucionais de Governo, à luz das decisões previstas dos Órgãos de Direcção da UA durante a próxima Sessão Ordinária da Conferência, bem como aos conflitos e violência relacionados com eleições, como seguimento das recomendações feitas pelo Painel de Sábios e aprovadas pela Conferência, em Sirte, em Julho de 2009. Igualmente, a Comissão irá aproveitar a oportunidade do Ano de Paz e Segurança para realçar o trabalho que está a ser realizado pelo Painel de Sábios relativamente à questão da impunidade, justiça e reconciliação. Espera-se que o relatório final do Painel sobre esta questão seja submetido à consideração da Conferência em Junho/Julho de 2010.

20. A Comissão pretende empregar esforços adicionais para comunicar sobre estas actividades/eventos, garantindo uma efectiva cobertura dos média e através da produção de materiais de apoio à comunicação.

b) Novas Actividades

21. Para além dessas actividades já planeadas, deverá haver novas actividades específicas incluídas no programa. Estas serão actividades simbólicas e de sensibilização que visam comunicar e mobilizar o público africano ao longo do ano, e actividades essenciais que consistem em acções com o objectivo de produzir resultados mais palpáveis no terreno.

22. Como parte das actividades simbólicas, de sensibilização, a Comissão planeou, entre outras actividades, o seguinte:

- (i) Chama da Paz: Esta será lançada em Janeiro/Fevereiro, e deslocar-se-á a todas as 53 capitais, regressando a Adis Abeba em Janeiro de 2011, durante a Cimeira. Serão tomadas as maiores precauções para a Chama chegar aos Estados Membros durante um evento com algum significado, incluindo o Copa do Mundo na África do Sul, dias nacionais, e outros dias de comemoração nacional. Encorajo os Estados Membros a assegurar que a Chama viaje fora da capital, especialmente nos locais que tenham uma história de conflito. Em apoio à Chama da Paz, devemos encomendar um documentário que registará a viagem da Chama bem como os esforços actuais e históricos do continente em busca da paz;
- (ii) Nomeação de Embaixadores da Paz e Estabelecimento do Conselho Consultivo de Alto Nível: Estou neste momento a preparar-me para nomear um Patrono e doze Embaixadores da Paz, para apoiar este esforço. Escolherei estas individualidades entre personalidades nacionais, heróis desportivos, ícones culturais, músicos, escritores e artistas, para envolvermos os africanos mais proeminentes do continente e da diáspora, dando

publicidade e visibilidade aos nossos esforços colectivos de busca de paz e estabilidade. O Conselho Consultivo de Alto Nível será um órgão consultivo que irá apoiar a Comissão durante 2010, na facilitação e mobilização de recursos necessários e de apoio político. Este órgão deverá ser integrado por antigos Chefes de Estado, laureados com o Prémio Nobel e outras personalidades;

- (iii) Iniciativas Adicionais de Sensibilização: Algumas das iniciativas adicionais previstas incluem o seguinte: 'Selos pela Paz', prémios especiais nos principais festivais de cinema do continente, mensagens de paz nos canais dos média, 'concepção de paz' em concursos para artistas, e silêncio pela paz, para homenagear todos aqueles que perderam as suas vidas em conflitos armados em África. A Comissão irá ainda promover bolsas de estudo e prémios, conferências e publicações, para fomentar a paz e trabalhar com os média, com companhias áreas e de telecomunicações, a fim de encontrar formas de transmitir melhor as mensagens de paz e segurança, com vista a atingir audiências cada vez mais vastas e obter maiores apoios;
- (iv) Envolvimento dos afectados por conflitos armados: Serão também tomadas medidas para proporcionar uma plataforma e um perfil a favor dos mais afectados por conflitos armados. Os refugiados, PIDs e repatriados constituem um dos mais importantes grupos de promotores da paz. As agências internacionais especializadas que prestam assistência humanitária às pessoas atingidas serão encorajadas a encontrar meios de dar voz às pessoas que mais sofreram devido aos conflitos. Outros grupos cujas vozes precisam de ser ouvidas são os que a guerra tornou deficientes físicos ou mentais, incluindo as vítimas de minas terrestres, as viúvas e os órfãos dos mortos em conflitos, bem como os próprios veteranos de guerra.

Na própria Comissão da UA, deveremos organizar um evento comemorativo em honra das forças africanas de manutenção de paz, especialmente as que tombaram no cumprimento da sua missão servindo a União Africana. Este evento irá inaugurar um monumento permanente às nossas forças de manutenção da paz. A Comissão vai ainda iniciar acções para a construção de um memorial permanente às vítimas de violações dos direitos humanos, incluindo genocídio, na Sede da União Africana.

- (v) Mobilização de talentos musicais Africanos: A Comissão da UA irá organizar concertos no nosso continente para celebrar o Ano de Paz e Segurança, congregando a nata do talento musical africano.

23. Entre as actividades essenciais que estão a ser planeadas, a Comissão pretende concentrar-se no seguinte:

- (i) Implementação de actividades existentes: Primeiro, serão intensificados esforços para acelerar a implementação dos compromissos solenes existentes sobre questões de paz e segurança pelos Estados Membros. Conforme mencionado acima, e em conformidade com o espírito e a letra do

Acto Constitutivo, no decurso dos anos, os Estados Membros adoptaram vários instrumentos sobre direitos humanos, governação, democracia, desarmamento, terrorismo e boa vizinhança, que representam entre si um quadro consolidado de normas e princípios, cuja observância reduzirá consideravelmente o risco de conflitos e violência no continente e consolidará a paz, onde ela for alcançada.

Na Declaração de Tripoli, os Chefes de Estado e Governo comprometeram-se a redobrar esforços para abordar as causas profundas dos conflitos de uma maneira holística e sistemática, nomeadamente através da implementação dos instrumentos relevantes existentes. Eles sublinharam que isto implica que os Estados Membros, que ainda não o fizeram, assinem e/ou ratifiquem esses instrumentos e que a Comissão faça o acompanhamento activo da sua implementação. Conforme solicitado na Declaração de Tripoli, a Comissão tomará as medidas necessárias para sensibilizar os Estados Membros em causa e empreender uma avaliação minuciosa e sistemática do estado de ratificação e implementação destes instrumentos, com vista a apresentar propostas concretas à Conferência, sobre como melhorar o cumprimento.

De uma forma complementar, serão feitos esforços para assegurar que as organizações da sociedade civil africana e os cidadãos sejam mantidos totalmente informados dos progressos feitos e dos desafios encontrados no campo da paz e segurança. É sabido que informação credível e oportuna nas mãos de cidadãos informados contribui para reforçar a responsabilização. Portanto, a Comissão deverá começar durante este ano a primeira publicação anual da Situação de Paz e Segurança em África, como meio de medir os progressos realizados em relação a prevenção, gestão e resolução de conflitos.

- (ii) Função do Conselho de Paz e Segurança: O CPS tornou-se mais activo do que nunca na resposta e gestão de conflitos armados e na resposta à ameaça de conflitos armados no continente. A recente visita do CPS ao Sudão foi um importante precedente para levar as actividades do CPS para mais perto de uma situação em que estão activamente envolvidas. Propõe-se que no ano vindouro, o CPS realize reuniões nos países que causam preocupação e faça outras visitas ao terreno, para que os membros do CPS observem em directo as realidades destes países. Além disso, é importante que o CPS se torne mais proactivo na análise de situações potenciais e incipientes de conflito, e esteja mais consistentemente envolvido nos países que emergem de conflitos e que não devem ser negligenciados. Os progressos feitos em países como a Libéria e Sierra Leone em deixar para trás os conflitos do passado não podem levar-nos a ser condescendentes. Devemos continuar a dar atenção a estes países, quanto mais não seja para aprender as lições do passado com vista a aplicá-las nas crises mais urgentes com que nos confrontamos hoje.

- (iii) Mobilização de mais recursos dentro do continente em apoio aos esforços de paz: Como parte do Ano da Paz e Segurança, serão ainda feitos esforços visando uma maior contribuição financeira dos Estados Membros da UA para o Fundo da Paz, para a África se apropriar verdadeiramente dos esforços em curso de promoção da paz, segurança e estabilidade no continente. Neste sentido, a decisão de aumentar a transferência estatutária do orçamento regular da UA para o Fundo da Paz de 6% para 12%, tomada em Tripoli, em Agosto passado, constitui um passo encorajador. Contudo, deve ser feito mais, e eu pretendo avançar com várias propostas, num relatório abrangente que a Declaração de Tripoli me solicitou a submeter à Conferência em Junho de 2010, sobre como mobilizar melhor recursos adicionais dentro do continente para apoiar os nossos esforços de paz.
- (iv) Melhoria da capacidade das Universidades Africanas e instituições de pesquisa na área de paz e segurança e promoção de soluções africanas: Na Declaração de Tripoli, os Chefes de Estado e de Governo reconheceram que fazer e manter a paz e a segurança é também um desafio intelectual. Portanto, eles incumbiram-se de reforçar a capacidade das Universidades Africanas e de instituições de pesquisa para explorar a natureza dos conflitos africanos, a fim de investigar o que tem êxito e o que fracassa nos esforços de resolução de conflitos e chegar-se a soluções africanas, partindo da própria experiência distinta e única de África.

Como acompanhamento, e como parte do Ano de Paz e Segurança, a Comissão iniciará as medidas necessárias para ajudar a reforçar a capacidade intelectual sobre paz e segurança, de uma forma proporcional às necessidades no terreno. Neste sentido, os esforços incidirão inicialmente no estabelecimento de uma rede de investigadores de orientação prática e estreitamente ligada aos profissionais, de forma que atenda tanto às nossas necessidades imediatas como às nossas necessidades estratégicas a longo prazo.

Serão ainda realizados esforços para fazer das 'Soluções Africanas' um projecto rigoroso ao invés de um simples slogan. Subjacente a isto está uma metodologia consultiva que envolve um processo sistemático de envolvimento com as populações afectadas num país afectado por conflito, partindo das suas análises e propostas. O Painel de Alto Nível da União Africana sobre Darfur (AUPD), presidido pelo antigo Presidente Sul-Africano Thabo Mbeki e que envolve os antigos Presidentes Abdusalami Abubakar e Pierre Buyoya, demonstrou o valor e a eficácia de tal metodologia e estratégia. Esta abordagem começou com as premissas duplas segundo as quais, os verdadeiros peritos de qualquer conflito são as próprias pessoas que o vivem e que qualquer solução exequível e duradoura deve partir das experiências e aspirações do povo e ser apropriada pelo povo. Sem esta abordagem participativa, qualquer nível de perícia terá pouco ou nenhum impacto sobre a realidade. A experiência positiva do AUPD pode ser bem aproveitada e repetida em qualquer outra parte.

24. Embora a Comissão tencione implementar várias actividades, é crucial que os Estados Membros e as CERs aproveitem a oportunidade do Ano de Paz e Segurança a fim de destacar o que estão a fazer para a promover a paz e a segurança e para intensificar os seus esforços neste sentido, incluindo o lançamento de novas iniciativas, onde for necessário, em resposta aos desafios que enfrentam e às oportunidades que surgirem. Os Estados Membros podem também contribuir de várias outras formas para o sucesso do Ano da Paz e Segurança, sobretudo através da afectação de recursos financeiros para a campanha, emitindo selos especiais, proporcionado tempo de antena grátis e espaços de publicidade na comunicação social do estado e, conforme indicado acima, tomar as medidas necessárias para a viagem com sucesso da Chama da Paz.

25. Outras instituições Africanas, empresas privadas, proprietários dos média e organizações da sociedade civil serão também encorajados a tomar iniciativas no quadro do Ano de Paz e Segurança e integrá-las nas suas actividades em curso, usando a sua própria criatividade. A Comissão pretende assegurar o envolvimento activo e o apoio de todos os interessados.

C) Enfoque Temático

26. A Comissão pretende aproveitar a oportunidade do Ano de Paz e Segurança para chamar a atenção para o tema “Mulheres, Juventude e Paz”, inspirado em instrumentos e decisões relevantes da UA. É do conhecimento de todos que as mulheres e os jovens se destacam entre as vítimas de conflitos armados. Poucas guerras em África são travadas entre exércitos convencionais nas quais a maioria das baixas se refere a combatentes. É muito mais comum os conflitos serem guerras irregulares nas quais uma larga proporção das vítimas da violência é a população civil, nomeadamente mulheres e crianças. Entre aqueles que lutam, os jovens são a maioria. Eles também suportam o fardo da violência – aqueles que sobrevivem ficam com cicatrizes físicas e emocionais e frequentemente sem habilitações literárias, mal preparados para uma vida produtiva em período de paz.

27. Contudo, talvez o mais importante, é que o enfoque em mulheres e jovens traz à ribalta as dimensões mais amplas da segurança humana da agenda de paz e segurança. O conflito em África não pode ser dissociado dos desafios de redução de pobreza, promoção da saúde, desenvolvimento e educação, especialmente em situações de pós-conflito. Por exemplo, o emprego lucrativo para os jovens, incluindo antigos combatentes, é a condição *sine qua non* para uma recuperação sustentável depois de conflitos.

D) Plano de comunicação

28. A implementação com sucesso do Ano de Paz e Segurança exigirá uma comunicação e estratégia de sensibilização eficazes. A estratégia será concebida para gerar uma resposta palpável de todos os intervenientes, através de fortes apelos à acção. Serão dados passos para fornecer aos diferentes intervenientes mensagens e instrumentos, que eles possam personalizar para servir as suas necessidades particulares. Um pilar crucial da campanha de comunicação será o estabelecimento de

ligações entre os esforços oficiais de paz e segurança com os empreendidos a nível das bases. O estabelecimento de tais ligações ajudará na mobilização de um apoio de base alargada aos objectivos da campanha Acção para a Paz.

29. A campanha de comunicação deverá, entre outras coisas, envolver celebridades para interceder pelos objectivos do Ano de Paz e Segurança, desenvolver uma marca identificativa, com vista a permitir às pessoas relacionar-se com a iniciativa, envolver os média para garantir uma vasta disseminação das actividades a serem realizadas, desenvolver um website que servirá de portal para as pessoas acederem a informação sobre questões de paz e segurança, preparar pacotes de instrumentos de sensibilização para os cidadãos, com vista a inspirar e capacitar indivíduos e grupos para dirigirem os seus próprios programas e ligá-los ao Ano de Paz e Segurança e produzir um documentário sobre o Ano de Paz e Segurança. Neste sentido, a Comissão pretende negociar várias parcerias com as organizações do sector público e privado e aproveitar uma série de eventos importantes em 2010 para popularizar o Ano de Paz e Segurança e os seus objectivos, incluindo o Campeonato do Mundo da FIFA, na África do Sul.

30. A nossa campanha de comunicação inclui esforços concertados da União Africana, em estreita coordenação com os parceiros no continente, a fim de narrar a história dos esforços africanos para alcançar a paz e a segurança desde a fundação da União, em 2002. Lamentavelmente, tem sido norma que a história de África, incluindo as nossas tragédias e triunfos, seja contada por outros. É altura da África narrar a sua própria história, para que os africanos e as instituições africanas possam reivindicar credibilidade onde ela é devida e possam aprender as lições correctas e aplicá-las adequadamente. O ponto de partida para as soluções africanas e os esforços dirigidos por africanos no sentido de encontrar soluções, é a apropriação dos problemas que resulta de nos investigarmos, analisarmos e descrevermos correctamente as nossas próprias histórias. O próximo passo crucial é uma avaliação do nosso historial na busca de soluções. Existem grandes sucessos, dos quais podemos justificadamente orgulhar-nos. Há também falhas que devemos avaliar francamente, para assegurar que tenhamos um melhor desempenho no futuro. Portanto, a Comissão irá estabelecer parcerias com instituições académicas africanas e a sociedade civil, com vista a recontar a jornada que a UA empreendeu nos últimos oito anos. Previmos que isto irá garantir que as pessoas em África possam compreender melhor o papel e o significado da União Africana e que nos permita alcançar melhor os nossos objectivos comuns de paz e segurança

IV. OBSERVAÇÕES

31. O Ano de Paz e Segurança será uma oportunidade de intensificar os nossos esforços para livrar o continente do flagelo de conflitos e guerras, inspirando-nos nas nossas realizações e reconhecendo as nossas deficiências. São particularmente necessários esforços redobrados para garantir a completa operacionalização da APSA, abordar as causas dos conflitos de uma forma holística e sistemática, utilizar sistematicamente todos os meios pacíficos disponíveis de solução de disputas e fazer avançar a agenda de prevenção de conflitos, instauração da paz, manutenção da paz e reconstrução pós-conflito. Não devem ser poupados esforços para que esta iniciativa

seja um sucesso, porque sem um ambiente de paz, segurança e estabilidade, a nossa visão de integração política e económica de África não se concretizará.

32. Nos próximos doze meses, dezassete países africanos irão celebrar os seus quinquagésimos aniversários como estados independentes. Estas comemorações devem marcar um novo início, anunciando uma nova era para o continente. No centro da agenda para renovação deve estar o desafio da paz e segurança. Mais especificamente, os países africanos interessados devem aproveitar a oportunidade para fazer uma reflexão profunda sobre o caminho percorrido desde a sua independência em 1960. Estes países devem olhar tanto para as realizações como para os fracassos, com vista a tirar lições sobre a melhor forma de prosseguir com a agenda da liberdade e bem-estar em todos os seus aspectos que inspiraram a luta alargada contra o colonialismo. Sem dúvida, tais lições serão também úteis para outros países africanos e para o continente em geral, numa altura em que se esforça por transformar em realidade os objectivos estratégicos que a UA estabeleceu para si própria, especialmente porque se relacionam com a paz, boa governação, democracia, direitos humanos, desenvolvimento e integração.

33. O Ano de Paz e Segurança deve também proporcionar uma oportunidade de reconhecer totalmente o papel da sociedade civil e das organizações de base na promoção da paz e segurança. Repetidas vezes, as comunidades africanas ficaram a dever a sua sobrevivência, prosperidade e segurança que atingiram, aos esforços de organizações de base comunitária. Famílias, organizações religiosas, iniciativas populares e sociedade civil deram contribuições notáveis para a preservação de valores e práticas sociais fundamentais que mantiveram a África unida. Mesmo quando os Estados Africanos estiveram em competição e conflito entre si, as comunidades africanas foram generosas e hospitaleiras para com os refugiados e as organizações da sociedade civil têm denunciado vigorosamente todas as violações. Significativamente, a Declaração de Trípoli apela à sociedade civil africana a continuar a desempenhar o seu papel na promoção da paz, segurança e estabilidade como parceira do Governo, em conformidade com o Acto Constitutivo.

34. Como seguimento da Declaração de Trípoli, a Comissão enviou mensagens aos Estados Membros para os informar das actividades que estão a ser contempladas para o Ano de Paz e Segurança. Mais especificamente, a Comissão realçou que o sucesso do Ano de Paz e Segurança requeria um envolvimento activo de todos os Estados Membros, que devem iniciar actividades a nível nacional. Neste sentido, os Estados Membros foram encorajados a identificar actividades específicas que eles gostariam de realizar e fornecer a informação mais detalhada possível à Comissão sobre os passos dados neste sentido.

35. A Comissão aproveitou ainda a oportunidade da reunião anual dos Directores da UA e das CERs, realizada em Akosombo, Gana, em 10 e 11 de Dezembro de 2009, para iniciar um intercâmbio sobre a forma como as CERs podem contribuir melhor para o Ano de Paz e Segurança. A reunião sublinhou a necessidade da UA e das CERs trabalharem estreitamente para implementar as actividades que marcam o Ano de Paz e Segurança. Para este propósito, a reunião acolheu com agrado os planos da CEDEAO de organizar uma conferência internacional sobre o tema *Duas Décadas de*

Processo de Paz na África Ocidental, em Março de 2010, e outras iniciativas planeadas pelas CERs.

36. Conforme mencionado acima, alcançar e manter a paz e segurança em África é também um desafio intelectual e requer esforços para reforçar a capacidade das Universidades Africanas e dos institutos de investigação. Ao assumir este desafio, a Comissão, juntamente com o Instituto para Estudos de Paz e Segurança (IPSS) da Universidade de Adis Abeba, envolveu-se num projecto que visa unir várias instituições académicas no continente para providenciar formação avançada e realizar investigação aplicada na área de paz e segurança, com vista a reforçar a capacidade da UA, das CERs e de outros intervenientes na prevenção, gestão e resolução de conflitos.

37. Não é necessário dizer que o desporto tem uma função fundamental a desempenhar para a consecução dos objectivos do Ano de Paz e Segurança, particularmente na promoção do entendimento entre as pessoas, desenvolvimento de atitudes positivas entre os jovens e encorajamento a competição saudável e espírito de *fair play*. É neste contexto, e consciente de que através do jogo de futebol, que é o jogo mais popular em África e no resto do mundo, a Confederação Africana Futebol (CAF) pode dar uma contribuição inestimável aos nossos objectivos comuns de um continente africano livre de conflitos, que eu escrevi ao Sr. Issa Hayatou, Presidente da CAF, para solicitar o envolvimento e contribuição da CAF no Ano de Paz e Segurança. Em particular, solicitei à CAF que considerasse a possibilidade de organizar actividades específicas durante o Campeonato Africano das Nações, em Angola, em Janeiro de 2010, e outros eventos, bem como ajudar-nos na elaboração de programas similares com a FIFA, durante a Copa do Mundo de 2010, na África do Sul.

38. Subsequentemente, em 9 de Dezembro de 2009, a CAF convocou uma reunião com funcionários da Comissão no Cairo, para preparar as acções que poderiam ser realizadas em conjunto, nomeadamente aproveitar o Campeonato Africano das Nações para passar mensagens específicas sobre paz e segurança, a organização de um torneio de futebol em apoio ao Ano de Paz e Segurança, o lançamento de uma campanha de solidariedade denominada **“Cartão Branco”** que poderá ser empunhado pelos adeptos e jogadores de futebol para mostrar o seu apoio à paz e segurança. Tenho ainda o prazer de informar que, no dia 10 de Dezembro, o Sr. Hayatou escreveu ao Sr. Joseph S. Blatter, Presidente da FIFA, solicitando-lhe que aproveite a oportunidade do Campeonato do Mundo na África do Sul, para empreender acções em apoio ao Ano de Paz e Segurança. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para exprimir os meus sinceros agradecimentos ao Sr. Hayatou pelo seu apoio e dedicação. A Comissão está a trabalhar com a CAF para fazer o acompanhamento das conclusões da reunião do Cairo.

39. A África é afortunada porque não enfrenta os desafios de paz e segurança sozinha. Temos parceiros fortes e solidários de todas as partes do globo. Portanto, a Comissão deverá aproveitar as parcerias internacionais existentes para mobilizar o apoio necessário para o Ano de Paz e Segurança. Neste sentido, a Comissão irá, nas próximas semanas, intensificar a sua interacção com os parceiros da UA. Entretanto, gostaria de informar que o Governo Alemão, através do GTZ, concordou em providenciar assistência financeira substancial para apoiar a implementação das

actividades planeadas como parte do Ano de Paz e Segurança. Gostaria de agradecer ao Governo Alemão pelo seu generoso apoio, que é mais um testemunho do seu compromisso de assistência à UA na implementação da sua agenda de paz e segurança. O UNICEF mostrou-se desejoso de colaborar com a UA para a implementação, com sucesso, do Ano de Paz e Segurança.

40. Dentro de um ano, quando nos reunirmos novamente para concluir o Ano de Paz e Segurança em África, avaliaremos os progressos realizados, não apenas nas actividades simbólicas realizadas e nos marcos diplomáticos alcançados, mas também nas melhorias palpáveis na área da paz e segurança para a vida quotidiana de um bilião de cidadãos de África.